

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO INTERNA DE CHAMAMENTO PÚBLICO – CICP/SESGO, DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS.**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2022- SES/GO**

**PROCESSO Nº 202100010000964**

**INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE – ISGS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 21.478.588/0001-63, constituído na forma de associação civil sem fins lucrativos, qualificado como Organização Social no âmbito da Saúde do Estado de Goiás, pelo Decreto nº 8.502/2015, localizado na Av. Olinda, Qd. H-4, Lt. 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II, Park Lozandes, Goiânia/GO, CEP 74.884-120, neste ato representado por seu Presidente, **HENYFLAVIO SILVA DE ARAÚJO**, casado, engenheiro civil, CPF sob o nº 859.924.881-20, residente e domiciliado na Av. Marialva, nº 286, Qd. 18, Apto 1.903, Bloco 1, Residencial Spazio Di Lorenzo, Vila Rosa, Goiânia/Go, vem no prazo legal, apresentar

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pelo **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO HOSPITALAR - IBGH**, nos autos do processo de Chamamento Público 06/2022, devidamente qualificado, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

#### **1. RESUMO FÁTICO**

Em suas razões recursais argumenta o recorrente que a documentação apresentada para habilitação ao chamamento público pelo ISGS apresenta diversas irregularidades que caracterizam a sua inabilitação.

Aponta que o item 5.3“c”foi descumprido, posto que o Envelope 01 - Documentos de Habilitação, não foi instruído com o comprovante de endereço dos dirigentes Nelito Souza dos Santos, André Luiz Braga e Laura Menezes Vinhal.

**INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE**

Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II,  
Lot.Park Lozandes, Goiânia-Goiás, CEP 74884-120

[institutosalut@gmail.com](mailto:institutosalut@gmail.com)

Assevera ainda que, o Balanço Patrimonial não dispõe da assinatura do responsável. Os documentos anexados às fls. 57/62 não foram autenticados, bem como, que a composição do Conselho de Administração se encontra em desacordo com as disposições da Lei 15.503/2005, vez que não foi apresentado o representante dos empregados da entidade.

*A priori*, é importante registrar que, em face ao princípio da adstrição, compete aos participantes do processo de licitação atuar em estrita conformidade com a lei, a finalidade e interesse público, respeitando-se os princípios basilares de regência da Administração Pública insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, art. 3º da Lei 8.666/93, art. 5º da Lei 14.133/2021, art. 5º da Lei 12.846/2013 e art. 2º da Lei 13.800/01 e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias, que lhes impõe a observância das normas estabelecidas no Edital, posto que este substancializa os preceitos constitucionais e infraconstitucionais de regência da licitação.

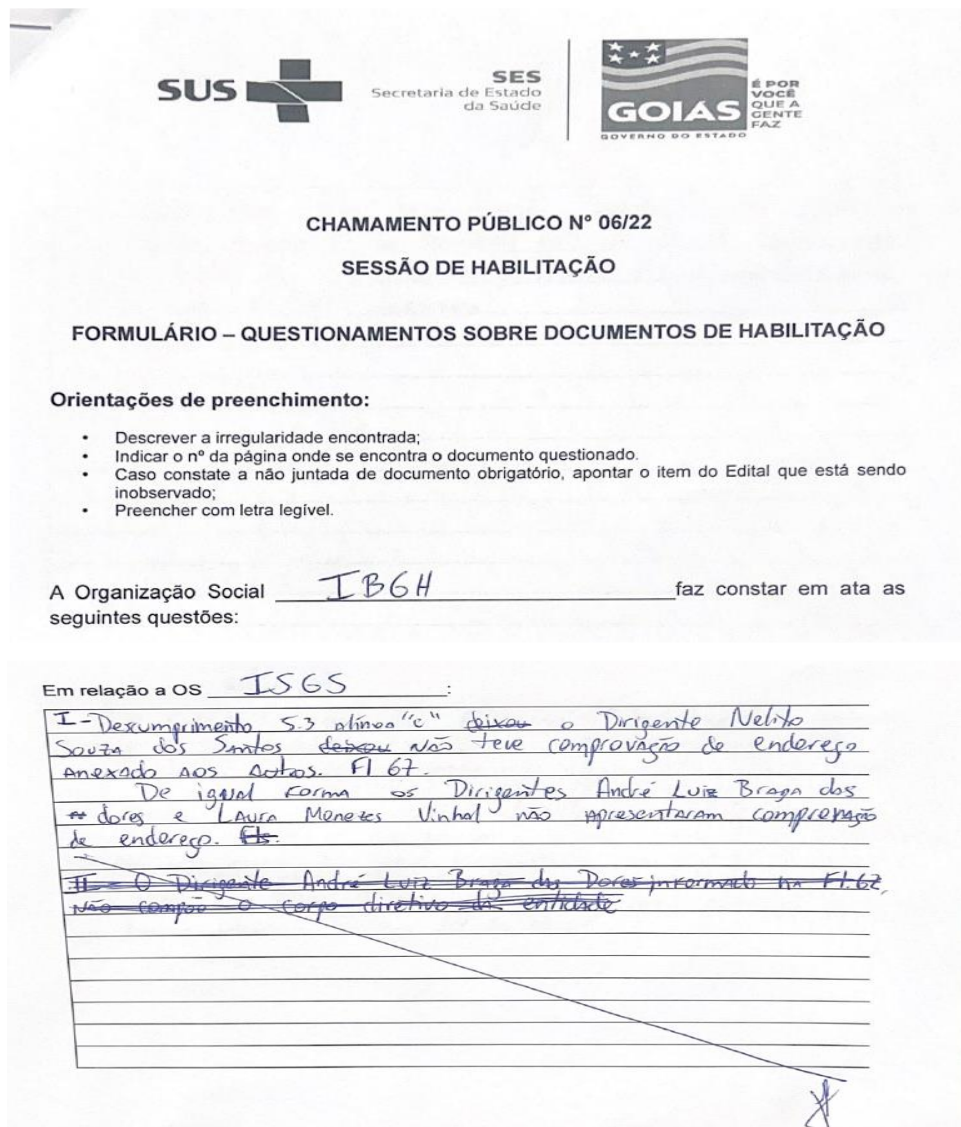
No processo de licitação, como nos demais atos da Administração Pública, exige-se dos agentes públicos boa fé, licitude, eficiência, transparência e economicidade em sua atuação.


Pois bem.


Em análise ao Envelope 01 - Documentos de Habilitação constam os comprovantes de endereço dos dirigentes apontados no recurso, com autenticação pelo Cartório competente. Portanto, cumprida a exigência nos termos do item 5.3 “c” do Edital e na forma prevista em lei.

De mais a mais, como especifica o próprio Instituto recorrente, a matéria já foi decidida pela Comissão Interna do Chamamento Público, em impugnação feita quando da abertura do Envelope 01, tratando-se, portanto, de matéria consolidada, ato jurídico perfeito segundo a lei vigente, com efeito imediato e geral, revestido pelo direito adquirido e a coisa julgada administrativa, insuscetível de recurso por preclusão consumativa.

A respeito da impugnação, consignou a Comissão Interna do certame em sua decisão: **“que os apontamentos realizados na sessão de julgamento foram devidamente enfrentados por essa Comissão, merecendo prosperar apenas os itens acima evidenciados”** (in Resultado Preliminar HERSO Processo 202100010000964), restando a matéria alcançada pela parte dispositiva em referência.



**SUS**  **SES**  
Secretaria de Estado da Saúde

 **GOIÁS**  
GOVERNO DO ESTADO

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/22**

**SESSÃO DE HABILITAÇÃO**

**FORMULÁRIO – QUESTIONAMENTOS SOBRE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**Orientações de preenchimento:**

- Descrever a irregularidade encontrada;
- Indicar o nº da página onde se encontra o documento questionado.
- Caso constate a não juntada de documento obrigatório, apontar o item do Edital que está sendo inobservado;
- Preencher com letra legível.

A Organização Social IBGH faz constar em ata as seguintes questões:

Em relação a OS ISGS:

I - Descumprimento S.3 alínea "c" deixa o Dirigente Nelson Souza dos Santos deixar não teve comprovação de endereço anexado aos autos. Fl. 67.

De igual forma os Dirigentes André Luiz Braga dos Santos e Laura Meneses Vinhal não apresentaram comprovação de endereço. Fl. 68.

II - O Dirigente André Luiz Braga dos Santos informado na Fl. 62, não compõe o corpo diretivo da entidade.

08/12/2022 13:20

SEI/GOVERNADORIA - 000035363713 - Resultado



ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE

**RESULTADO**

RESULTADO PRELIMINAR HERSO  
PROCESSO Nº 202100010000964

Destaca-se que os apontamentos realizados na sessão de julgamento foram devidamente enfrentados por essa Comissão, merecendo prosperar apenas os itens acima evidenciados.

**INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE**

Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II,  
Lot. Park Lozandes, Goiânia-Goiás, CEP 74884-120  
[institutosalut@gmail.com](mailto:institutosalut@gmail.com)

Portanto, cuidando-se de matéria consolidada, revestida por ato jurídico perfeito e coisa julgada administrativa, a pretensão recursal manifesta fraude processual, litigância de má fé, constituindo medida meramente protelatória, contrária ao interesse público, a eficiência e economicidade da licitação, suscetível de aplicação das sanções pelas infrações administrativas praticadas, *ex vi* das disposições do art. 155, incisos X, XI e XII e art. 156 da Lei 14.133/2021, art. 15 e art. 80, incisos II, III e VII, ambos do Código de Processo Civil.

Quanto a assinatura do responsável no Balanço Patrimonial do ISGS, também não subsiste a tese recursal. A escrituração contábil – SPED foi assinada eletronicamente, estando o documento de acordo com as disposições da Lei 14.063/2020, que confere legitimidade a assinatura eletrônica nos atos de interação entre pessoas jurídicas de direito privado e os entes públicos, *ex vi* do art. 2º, inciso II, considerando assinado eletronicamente o documento com formato eletrônico, na forma disposta no art. 3º e art. 5º da referida Lei. Logo, inexistente a irregularidade aferida pelo Instituto recorrente.

Em relação a autenticação dos documentos de fls. 57/62 do envelope de habilitação, também totalmente insubsistente.

O Edital do presente Chamamento Público ao dispor sobre o Envelope 01 – Documentos de Habilitação, item 5.3, estabelece que o envelope deve conter, em original ou cópia os documentos elencados, na ordem prevista, observado o inciso II do art. 3º da Lei 13.726/2018.

Observa-se que o Edital do Chamamento Público, primando pela racionalização, supressão ou a simplificação dos atos e procedimentos da Administração Pública, visando a eficiência e economicidade propulsores do processo de licitação, imprimidos pela Lei 13.726/2018, em seu art. 3º, inciso II, dispensou a exigência de autenticação da cópia dos documentos necessários a habilitação, observada a ordem estabelecida.

O Edital, contrariamente, as alegações do Instituto recorrente, não exigiu que o envelope 01 da habilitação fosse instruído com cópias autenticadas dos documentos necessários a participação do chamamento público, ao contrário, dispensou a sua autenticação ao determinar que fosse observado o inciso II do art. 3º da Lei 13.726/2018.

Não obstante, à dispensa de autenticação pelo Edital, os documentos apontados foram autenticados pelo ISGS junto ao Cartório competente. Não sendo exigível a autenticação da relação nominal dos dirigentes, posto que apresentada no original e/ou de qualquer outro documento de instrução da habilitação e proposta, posto que, o Edital não o exigiu, dispensou a autenticação.

Ainda de acordo com as razões recursais, o Conselho de Administração do ISGS não se encontra composto na forma estabelecida pela Lei 15.503/05, posto que não apresentou o representante dos empregados.

A Lei 15.503/2005, ao tratar do Conselho de Administração, é expressa no sentido de que este deve ser estruturado nos termos em que dispuser o seu estatuto, estabelecendo que deve ser composto de 10% de membros eleitos pelos empregados da entidade (art. 3º, “c”).

“Art. 3º O Conselho de Administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- a) até 55 % (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de eleitos dentre os membros ou os associados;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade”.

Observa-se que o art. 3º da referida Lei, se limitou a normatizar a estrutura de composição do Conselho Administrativo em consonância com o Estatuto da Organização Social. Desse modo, não tratou a norma de vacância no conselho, tão somente de sua estrutura, deixando ao Estatuto da entidade a disciplina do processo de vacância do cargo de conselheiro, além de outras providências.

Diante da ausência normativa no art. 3º da Lei 15.503/2005, a Comissão Interna do Chamamento Público 01/2021 realizada pela SESGO, no Resultado Final da

Habilitação, ao apreciar alegação de ausência do membro do Conselho de Administração eleito pelos empregados da entidade, em virtude de não dispor de receita própria e contrato com a Administração Pública para manter o corpo funcional, assim posicionou:

“Como mencionado anteriormente, na ausência de orientação uniforme sobre o dispositivo 3º da Lei 15.503/2005, a interpretação adotada deverá ser a que possibilita a maximização quanto à composição do Conselho de Administração”.

O posicionamento da Comissão Interna, expresso acima, parte do entendimento que o interprete ou aplicador da lei deve buscar a finalidade do dispositivo legal, isto é, que a interpretação da lei há de ser essencialmente teleológica.

Trata-se, portanto, de matéria já consolidada pela Comissão Interna de Chamamento Público da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás. Portanto, ato jurídico perfeito segundo a lei vigente, com efeito imediato e geral, revestido pelo direito adquirido e a coisa julgada administrativa.

É de ser considerado que, a mudança de entendimento a esse respeito por esta Comissão Interna somente se justificaria na hipótese de mudança na própria estrutura normativa que serviu de base à decisão paradigma, hipótese inócua no presente caso. Portanto, prevalecente a segurança jurídica, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, de consequência, a posição a ser adotada pela decisão na presente questão.

Noutro prisma, não estabeleceu o dispositivo legal qualquer orientação quanto a vacância e/ou exigência que a estrutura estivesse completa quando da inscrição, habilitação e proposta no processo licitatório.

Exigir que a Organização Social, entidade sem fins lucrativos, sem receita e patrimônio próprio, apresente no ato de habilitação e apresentação de proposta os membros eleitos pelos empregados correspondente a 10%, sem que disponha de um quadro funcional, dependente de contratação sob pendência no processo licitatório, desatende não somente a finalidade do art. 3º da Lei 15.503/2005, o interesse da Administração na concorrência pública, como também, os princípios da isonomia, eficiência, razoabilidade, economicidade, norteadores do processo de licitação, consequentemente, os preceitos do art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, que proíbe a

interferência estatal no funcionamento das associações civis.

Importante, ressaltar que, na conformidade do art. 3º da Lei 8.666/93 e art. 9º da Lei 14.133/2021, tanto a Administração Pública como os interessados ficam obrigados a observância dos termos e condições previstos no Edital, sendo vedado ao agente público estabelecer condições que comprometam restrinjam ou frustrem a finalidade da licitação.

Importante ainda que se pondere, que o requisito da alínea “c” do art. 3º da Lei 15.503/2005, não pode ser exigido na constituição da Organização Social ou no ato de ingresso, habilitação e proposta ao Chamamento Público, seja por que a legislação de regência não o exigiu ou orientou neste sentido, seja por que a exigência resultaria na impossibilidade de sua criação ou proibição de firmar contrato de gestão pública, posto que, em sua criação não dispõe de um quadro ativo de funcionários, consequentemente, das subvenções do Poder Público necessárias ao cumprimento dos encargos remuneratórios inerentes, restando inviabilizada a eleição de representantes do corpo de funcionários no Conselho de Administração na proporção de 10% exigida pelo art. 3º, “c” da Lei 15.503/2005.

Ademais, a representação pelos membros do Conselho de Administração do ISGS é suficiente para revestir de legalidade as deliberações concernentes às matérias previstas no art. 3º e 4º da Lei 15.503/2005, para qual se exige aprovação de, no mínimo 2/3 dos membros, quórum suficiente em sua atual composição, restando suprida a vacância de membros do Conselho na representação de empregados da entidade.

Destaque-se que, independente de quem seja eleito como membro representante dos empregados, a qualificação técnica do ISGS, de acordo com os documentos exigidos pelo art. 30, I e II da Lei 8.666/1993, estará preservada, inexistindo prejuízo contratual ou inconformidade legal quanto à composição do Conselho de Administração, na forma exigida pela Lei 15.503/2005.

Assim, não remanesce qualquer dúvida que o ISGS com a documentação apresentada atende aos critérios objetivos para a sua habilitação estabelecidos no Edital do presente chamamento público.

Ao teor do exposto, pede-se o improvimento integral do presente recurso, com aplicação

**INSTITUTO SALUT GESTÃO EM SAÚDE**

Avenida Olinda Quadra H-4, Lote 01/03, nº 960, Sala 2108-B, 21º andar, Ed. Torre Comercial II,  
Lot.Park Lozandes, Goiânia-Goiás, CEP 74884-120

[institutosalut@gmail.com](mailto:institutosalut@gmail.com)



ao Instituto recorrente das sanções previstas no art. 156 por infração ao art. 155, incisos X, XI, XII da Lei 14.133/2021 e art. 80, incisos II, III e VII do Código de Processo Civil.

Termos em que,  
Pede-se deferimento.

Goiânia, 21 de dezembro de 2022.

**HENYFLÁVIO SILVA DE ARAÚJO**  
Diretor Presidente do ISGS